Image not found or type unknown

Sábado, 11 de Abril de 2026

Governador não vê necessidade na criação da CPI

Somente se houver argumentos sólidos

O governador Mauro Mendes, do partido União, expressou sua opinião contrária à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) para investigar os contratos firmados pelo Estado com empresas envolvidas na Operação Espelho. Essa operação está investigando uma suposta formação de cartel na área da saúde estadual.

Segundo o governador, a investigação já está sendo conduzida pela Polícia Judiciária Civil (PJC), por meio da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor). Ele considera a CPI desnecessária, a menos que haja argumentos sólidos para sua abertura.

O deputado Lúdio Cabral (PT), presidente da Comissão de Saúde da ALMT, tem defendido a abertura da CPI e solicitou informações à Controladoria Geral do Estado (CGE) para apurar as irregularidades apontadas em uma auditoria realizada pelo órgão.

Mauro Mendes afirmou que não tem problemas com investigações, mas ressaltou a importância de ter elementos concretos para justificar a abertura de uma CPI. Ele também criticou a possibilidade de a CPI substituir o trabalho da Polícia Civil, afirmando que aqueles que desejam desempenhar esse papel podem ocupar o lugar da polícia.

O governador também negou qualquer irregularidade no pagamento contínuo às empresas mencionadas na investigação, que são acusadas de integrar um cartel para dominar os contratos e licitações da Secretaria Estadual de Saúde (SES). Ele destacou que, se as empresas estão prestando serviços, elas devem receber pelos mesmos. Além disso, ele ressaltou que a ordem judicial é para não realizar novos contratos com essas empresas, e que aquelas que estão trabalhando estão sendo rigorosamente fiscalizadas.